

O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 4,00 (solidário R\$ 5,00)

nº 832 - de 26 de julho a 9 de agosto de 2018

10 DE AGOSTO Trabalhadores dizem BASTA!



DESEMPREGO



CORTE DE VERBAS



PRIVATIZAÇÃO



15 DE AGOSTO

Em Brasília para inscrever
Lula candidato do PT (Págs. 6 e 7)

Reta final: vem aí Encontro da Juventude Revolução

Centenas de jovens se reunirão pela candidatura de Lula do PT

Dois meses de muita mobilização e luta! Essa é a marca da preparação do 15º Encontro Nacional da Juventude Revolução (ENJR). O encontro acontecerá em São Bernardo (SP), de 3 a 5 de agosto, no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, ali onde Lula fez o histórico discurso antes da prisão injusta e ilegal em abril.

Os preparativos finais estão a todo vapor. A “correria” é para garantir inscrições pelo site, fechar lista dos ônibus, reunir delegações, garantir passagens que faltam, buscar contribuições antes de seguir viagem rumo a São Bernardo do Campo.

A expectativa dos organizadores é reunir centenas de jovens de diversos estados para debater a conjuntura política, os desafios na luta pela candidatura de Lula e decidir tornar-se Juventude Revolução do PT. Na programação, além de atividades culturais está previsto também ir ao Encontro Nacional do PT, em 4 de agosto, que oficializará candidatura.

“Fazer valer nossa vontade”

O desmonte do estado impacta cruelmente este setor que amarga aumento do desemprego, violência e cortes de verbas na educação. Tentam retirar direitos agora e destruir o futuro, mas a resistência que teima em prosseguir é o que alimenta este encontro. “Vou ao ENJR para debatermos a atual política com outros jovens do país. Tenho convicção que Lula é a nossa melhor alternativa” afirmou Renan Cunha de Volta Redonda. No fundo, cresce a insatisfação com as instituições e amadurece no seio de setores jovens a alternativa Lula presidente, único candidato que, uma vez eleito, tem condições de convocar



Estudantes de Biblioteconomia da UFBA preparando a delegação ao ENJR

uma Constituinte. Na busca por esta saída democrática, milhares de jovens se aglutinam na campanha, fazendo dela bandeira prioritária para garantir suas pautas específicas.

Esse é o centro da discussão do ENJR. “Vou para mostrar aos 33% que acreditam em Lula que não estão sozinhos e, que somos mais do que 33%. Mostrar que não vai ser por este meio judicial podre que Lula será liberto. Precisamos ir para as ruas fazer valer nossa vontade. Lula livre!” disse Tiago Coutinho, estudante de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia, onde um ônibus está confirmado.

Uma Juventude Revolução do PT

A JR prepara este encontro debatendo consolidar a aproximação com o partido, o qual sempre defendeu frente aos ataques da burguesia e suas instituições, como o judiciário e, no qual sempre votou nas eleições. Não por acaso, essa identificação se expressa num grande número de seus militantes filiados ao PT.

Neste processo, há aqueles que têm dúvidas sinceras se uma JR do PT “iria ferir a autonomia da organização... se não seria uma submissão ao PT?”. Na verdade, não, justamente porque ao virar JR do PT serão mantidas suas posições, como destaca Nelsi Souza, diretora do DCE UFBA: “Acredito que a JR do PT deve continuar a luta por suas bandeiras com autonomia para ser um importante ponto de apoio da juventude na luta pela retomada da democracia, pela liberdade de Lula, por sua eleição e posse”. Assim o fez, ao defender alianças com setores anti-imperialistas e radicalmente democráticos no Congresso da JPT e, dessa forma deve seguir. Esta luta hoje se traduz, por exemplo, no apoio incondicional à iniciativa da JPT Pernambuco em defender a candidatura de Marília Arraes ameaçada pela cúpula do partido em nome de uma equivocada aliança nacional com o PSB.

É a postura que a JR também tem, na prática, no combate conjunto com os jovens petistas, por exemplo, no fortalecimento desta luta nas entidades

estudantis como ocorreu no recente Conselho de Entidades Gerais da UNE em SP onde “a ação da juventude do PT foi crucial para aprovar que a UNE convoca a Marcha de 15 de agosto a Brasília para registrar a candidatura de Lula” afirmou Hélio Barreto da Executiva da entidade e da JR Brasília, que também levará ônibus ao encontro.

Certamente, é um desafio, numa conjuntura adversa com chuvas e trovoadas, mas agarrando-se na única ferramenta que pode enfrentar essa tempestade e fazer valer as pautas jovens como a desmilitarização da PM, o passe livre, mais creches, verbas e vagas nas universidades, assistência estudantil de verdade e retomada do FIES. Como disse Sarah Lindalva da direção da JR e da JPT, “Nós queremos um futuro e precisamos batalhar para ajudar abrir uma saída política que é Lula presidente com Constituinte. Para isso, é importante nos somar aos jovens que tem se dirigido ao PT e nos apropriarmos dele como nosso instrumento de luta. Este é o melhor, e único caminho”.

Paulo Riela



23 condenados no Rio de Janeiro

Na maioria jovens, recebem sentença de sete anos de prisão

No dia 18 de julho, o juiz Flávio Itabaiana, da 27ª Vara Criminal do Rio de Janeiro, condenou 23 pessoas que participaram das manifestações de 2013 e 2014. Entre jovens e outros não tão jovens, a pena da maioria foi de 7 anos de prisão em regime fechado. Eles vão recorrer em liberdade.

O editorial do jornal da burguesia, O Estado de São Paulo, aplaude a sentença e diz que é uma condenação contra os black blocs que teriam praticado “crimes de associação criminosa, agravado pelo uso de arma e corrupção de menores” (Estadão, 20/07).

Sentença nebulosa

O professor e cientista político da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Paulo Baía, lembra que a condenação é nebulosa e ocorreu 5 anos depois dos fatos: “Na época, houve uma repressão brutal do governador Sérgio Cabral aos manifestantes de 2013 e 2014. Sobre os ativistas, é uma decisão judicial obscura. A denúncia contra o movimento Ocupa Câmara é nebulosa demais e o inquérito foi sujeito a paixões políticas” (RBA, 18/07).

Em 2013, a reivindicação inicial era contra o aumento na passagem de ônibus, mas os protestos acenderam

outras reivindicações, entre elas a reforma política. É verdade que a mídia e setores da burguesia quiseram “surfear” na onda e tentaram manipular o significado dos protestos. As ações exemplares e o confronto deliberado contra a polícia são atitudes divisionistas, causaram a dispersão e impediram o diálogo. Mas o saldo de 2013 foi a percepção popular de que existe um fosso entre representantes e representados.

Embora seja de natureza diferente do caso da condenação dos 23 do RJ, o maior exemplo das arbitrariedades do Judiciário é a prisão de Lula. O prende e solta de Lula de 8 de julho

expôs ainda mais os desmandos do Judiciário e sua intenção: evitar que Lula concorresse e ganhasse as eleições presidenciais de 2018.

A condenação da 27ª Vara Criminal do TJ-RJ contra os 23 manifestantes acompanha a judicialização da política e é um traço do bonapartismo jurídico reinante no país, os togados se autoproclamam os salvadores da pátria, tomam decisões por cima de outros poderes e instituições. Faz crescer o sentimento de que neste país não se pode confiar na Justiça.

Francine Iegelski

Os golpistas estão em apuros

A 10 semanas do primeiro turno das eleições presidenciais as elites golpistas seguem atordoadas tentando viabilizar uma candidatura que tenha chance de legitimar nas urnas um representante da política que ensejou o golpe.

A coisa está tão difícil para eles que até a adesão à candidatura de Alckmin (PSDB) dos partidos do chamado centrão do "toma lá, dá cá" -esculhambados até mesmo pelos órgãos da imprensa burguesa – fez as ações da bolsa subirem e o dólar cair. A ver se isso tira Alckmin do um dígito em que aparece em todas as pesquisas. Afinal, o centrão, que depois dos pulinhos de alegria na votação do impeachment de Dilma, cobrou caro de Temer a votação de sua permanência na cadeira usurpada, não indica necessariamente, um reforço do candidato escolhido. Até pelo contrário, quanto mais a situação do país se deteriora, mais vai se consolidando a compreensão do real objetivo do golpe a que todos eles - de Alckmin a Temer, passando por Bolsonaro -, estão ligados. Aliás, até mesmo Henrique Meirelles, candidato do MDB, quer se dissociar da imagem de Temer. Eles estão em apuros! Como disse Lula, "a direita não tem candidato e ficam disputando entre eles. Um pior que o outro."

O candidato do PDT, Ciro Gomes, que coqueteou com o Centrão, mas foi preterido, tenta atrair votos da esquerda, morde e assopra e não sai do lugar.

Na profusão de candidaturas, apenas uma, e só uma, se consolida e com um sentido claro: botar para correr os partidos que deram o golpe e com eles a política que está jogando o povo na miséria e o país no caos.

DIA 10 VAMOS DIZER BASTA! DIA 15 VAMOS INSCREVER LULA

No dia 15 de agosto, com o reforço das mobilizações do "Dia do Basta" chamado pelas centrais sindicais em 10 de agosto (ver pag. 8), o PT chama uma grande manifestação em Brasília para o ato de inscrição da candidatura Lula no Tribunal Superior Eleitoral.

É hora de organizar as caravanas, através dos Comitês Lula, dos Diretórios do PT e dos sindicatos para lotar Brasília em 15 de agosto.

É esperado que novas manobras jurídicas tentarão inviabilizar que Lula participe das eleições. Afinal, no esquema do golpe o Judiciário assumiu a missão de tirar Lula das urnas. Até juíza de Execução Penal se arvora o direito de "proclamar" sua inelegibilidade! Porque não há outro caminho para preservar

os interesses do capital financeiro que não seja uma farsa eleitoral sem Lula candidato. Nisso estão dispostos a ir até o fim. Se conseguirem é a luta de classe que dirá. A mobilização da maioria trabalhadora pode derrotá-los.

Ainda é tempo, dos que pretendem falar em nome dos interesses da democracia, da soberania e do povo trabalhador, Manoela do PCdoB e Boulos do PSOL, de cerrarem fileiras ao redor da candidatura que a maioria já escolheu.

Unir forças sim, para derrotar as manobras jurídicas e fazer respeitar o direito de Lula ser candidato, elegê-lo e botar para correr não apenas os partidos golpistas, como as instituições que atravancam o país, através da convocação da Constituinte, compromisso assumido por Lula em seu discurso de 7 de abril, antes de ser levado à prisão. Compromisso recentemente confirmado, desde a cela de Curitiba, a propósito da situação: "Virou uma política apodrecida! E a solução para isso, no meu Governo, vai ser convocar uma Assembleia Constituinte."

Por certo, a Bolsa vai cair, o dólar vai subir. Sintomas de que a maioria do povo poderá, finalmente, fazer valer, com Lula Presidente, os seus interesses.

Memória - Especial 40 anos



MOVIMENTO - Em 1978, greves operárias de massa ressurgem e conquistam reajustes salariais no ABC, em São Paulo e em Osasco.
Edição nº 2 - 15/6/1978



GUERRA 1 - Primeira Conferência Mundial Aberta, em Barcelona (1991), ocorre sob o signo da luta contra a agressão ao Iraque.
Edição nº 304 - 25/1/1991



GUERRA 2 - Nova ofensiva imperialista sobre o Iraque, em 2003, enfrenta resistência e a realização de atos em vários países.
Edição nº 533 - 26/3/2003

OS NOSSOS



Na madrugada de 12 de julho, faleceu vítima de um enfarto, a camarada Maria Anunciada, psicóloga e servidora estadual aposentada. Militante da Corrente O Trabalho desde 2016, Anunciada integrava o grupo de base Fé e Política e participava do Comitê Popular de Recife "Lula Livre, Lula Presidente!"
Aos familiares de Maria Anunciada, nossos mais sinceros sentimentos.
Camarada Anunciada, presente!"

Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Diagramação: Mariana Waechter

Por Lula Presidente, mobilização e programa

Executiva encaminha campanha que inclui a Constituinte

Aproximando-se o Encontro Nacional do dia 4 de agosto, que formalizará a decisão de registrar a candidatura de Lula Presidente, a Comissão Executiva Nacional se reuniu no dia 20 de julho para ultimar a agenda e discutir o programa de governo. A pedido de Lula, a CEN adiou a discussão sobre o candidato a vice na chapa, e decidiu continuar buscando um acordo com o PSB em Pernambuco (v. nesta página).

Na véspera da reunião, a adesão dos partidos do chamado “centrão” ao candidato Alckmin, do PSDB, indicou o desespero da classe dominante para superar o pântano da sua própria fragmentação e fazer frente a Lula e o PT. Essa movimentação, de passagem, cortou as asas de Ciro (PDT) que namorava o “centrão”, e desidratou até Bolsonaro, repondo a polarização entre o PT de Lula e o PSDB de Alckmin.

Nesse momento, finalmente o PT começa a apresentar o seu programa, qualificando assim o nome do favorito nas pesquisas.

O que as “idéia-força” do programa, aprovadas pela CEN, tem de mais positivo é, logo no primeiro dos cinco eixos, “promover a soberania nacional e popular na refundação democrática do Brasil”, com pontos como a “revogação das medidas do governo golpista”, a “reforma política”, a “democratização dos meios de comunicação” e o “processo Constituinte”, sem o qual os pontos anteriores simplesmente não teriam credibilidade. Quem, senão a Constituinte, tem legitimidade para refundar as instituições ou força para democratizar a comunicação?

Apesar das dúvidas do coordenador do programa de governo, o ex-prefeito Haddad, sobre a “relação de forças” e o “como fazer”, a presidente do PT, Gleisi

Hoffman, reafirmou a pertinência da Constituinte no programa, para avançar nas reformas necessárias com a eleição vitoriosa de Lula. Posição semelhante que defendi e também foi defendida por vários membros da CEN.

O programa tem que sinalizar

Mas a discussão do programa ainda era inicial na CEN. Por exemplo, um dos outros eixos - “promover um novo modelo de desenvolvimento” -, inclui um ponto de “programa emergencial para a superação da crise econômica”, o que é bom, mas será preciso desdobrar para saber do que se trata, e sinalizar quem vai perder e quem vai ganhar.

É melhor julgar com base na letra do programa que ainda será apresentado, do que nas mensagens que passam alguns entrevistados ou seus entrevistadores na grande imprensa.

Por exemplo, não se conhece a política exata para o problema da dívida pública que, desde o acordo de FHC com o FMI há 20 anos, vem sendo tratado com o famigerado superávit fiscal primário. E sem superar esse gargalo, ainda mais com o brutal agravamento da crise fiscal do Estado no governo Temer, não será possível retomar os serviços públicos e as políticas sociais. E, afinal, a Constituinte vai precisar de um tempo para se instalar e deliberar, mas graves problemas estarão na mesa do novo presidente no primeiro dia.

Também será estratégico para a candidatura de Lula, sinalizar no programa as políticas concretas para a recuperação do petróleo do pré-sal para a Petrobras, bem como para a questão agrária, por exemplo.

Markus Sokol



Gleisi e Haddad na reunião da Executiva Nacional do PT

INTENÇÕES E MÉTODOS

A Secretaria Sindical Nacional do PT discutiu no dia 18 a mobilização para o registro da candidatura de Lula e adotou várias medidas positivas. Entre elas, o engajamento no 10 de agosto, Dia do Basta convocado pelas centrais sindicais, e na própria “concentração” em Brasília, no dia 15 de agosto. Mas junto com isso, Gilberto de Carvalho apresentou uma “greve de fome em frente ao STF”, desde 31 de julho, e “um dia de jejum”, com distribuição de alimentos nas periferias que “Lula está mandando para vocês”, no dia 8 de agosto.

Ora, é verdade que há inquietações com o nível insuficiente da mobilização popular desde a luta contra o golpe. Mas substituir a busca das suas causas políticas - da experiência no governo aos problemas das organizações, além da ação dos golpistas - por uma busca “novidosa” de métodos “diferentes”, arrisca criar mais confusão e desmobilização.

Os atos e paralisações do dia 10, assim como a concentração do dia 15, são formas de luta e participação dos trabalhadores e do povo. Já essa greve de fome, por melhor que seja a intenção, parece mais uma “ação exemplar” que se aparta do povo que imagina “eletrizar”. Para não falar do jejum com distribuição de alimentos, o qual parece mais coisa de igreja caridosa, do que um movimento político ou reivindicativo. Não é difícil avaliar o saldo de consciência e organização que deixam, além da falta de efeito real no objetivo comum: registrar Lula.

PE: encontro elegerá Marília candidata do PT

Ela continua crescendo entre os petistas e nas pesquisas

Pré-candidatura ao governo de Pernambuco de Marília Arraes, vereadora do PT em Recife, segue firme, crescendo o apoio entre a militância. Ao mesmo tempo, em todas as últimas pesquisas, ela aparece tecnicamente empatada com os outros dois principais candidatos: o governador Paulo Câmara, do PSB, e o senador Armando Monteiro, do PTB.

Assim, partidos como o PSOL, o AVANTE e o PROS, diante do crescimento vertiginoso do apoio a Marília, deram declarações no sentido de apoiar sua candidatura, caso seja essa a decisão do PT.

Mas a Executiva Nacional do PT que busca a equivocada “coligação nacional” com o PSB, adiou, pela terceira vez, os encontros estaduais ali onde quer fazer esse acordo, agora

para dia 2. O preço desse acordo em Pernambuco seria a retirada da candidata do PT em favor de Câmara. A decisão foi tomada contra os votos de Markus Sokol (DAP) e Ivan Alex (EPS), com a abstenção de Carlos Árabe (DS).

Na discussão, Marcio Macedo, vice-presidente do PT, usou o argumento de que Lula, preso em Curitiba, na véspera lhe orientara “a dar sequência nas alianças”, o mesmo Lula que, 15 dias antes, segundo o ex-presidente Rui Falcão, disse que “se estivesse no PT de Pernambuco, estaria em campanha pela Marília Arraes”...

Em Recife, na Executiva Estadual, já



Marília, ao lado do prefeito Duque de Serra Talhada, na Marcha do MST

“prevendo” o adiamento, a maioria formada pela ala da CNB do senador Humberto Costa, a DS e o grupo do ex-prefeito João da Costa, que defende com unhas e dentes o apoio ao atual governador ao qual o PT é oposição, não quis votar a convocação do Encontro Estadual para o dia 29, pro-

posta pelos apoiadores de Marília (ala CNB da deputada Teresa Leitão, EPS, DAP, Avante, AE e outros)

Mas nessa mesma reunião, o deputado estadual Odacy Amorim, próximo ao CNB, um dos outros dois pré-candidatos petistas, anunciou a retirada de seu nome e, depois, declarou apoio à

pré-candidatura de Marília, que ganha assim mais um importante apoio.

Com o Encontro Eleitoral finalmente convocado para dia 2, a questão agora é mobilizar os delegados e aprovar o nome Marília candidata do PT.

Correspondente



ORGANIZAR O ENCONTRO NACIONAL DO DAP

O Encontro Nacional Extraordinário do Diálogo e Ação Petista, marcado originalmente para 18 de agosto, foi adiado para 1º de setembro. A decisão foi tomada pelo Comitê Nacional do DAP em sua última reunião.

Como diz o Comunicado do DAP, “adiamos o Encontro para nos somarmos ao ato em Brasília dia 15 de agosto pelo registro eleitoral de Lula.

Ele disse que ‘não acredita que terá justiça’. As apodrecidas instituições negam os direitos, não respeitam mais as próprias regras! De fato, só a mobilização popular poderá arrancar Lula da cadeia para levá-lo à presidência da República”.

O Encontro Nacional do DAP mantém toda a sua importância e atualidade. Na reunião do Comitê Nacional,

o debate sobre conjuntura evidenciou a gravíssima situação da economia, com a deterioração acelerada das condições de vida dos trabalhadores, num quadro de crise política, total falta de autoridade do governo ilegítimo e decomposição do Judiciário. O episódio do habeas corpus (8 de julho), concedido e depois negado, foi a expressão cabal dessa decomposição.

O Comitê Nacional considerou que ganha força a proposta de Constituinte para mudar as instituições e promover as reformas populares, bem como a necessidade de Lula anunciar no primeiro dia de mandato medidas de emergência. Foi ressaltada também a importância de reforçar Dia do Basta (10 de agosto) e o ato em Brasília dia 15.

“LULA DEVE CONVOCAR A CONSTITUINTE”



Péricles: candidatura Lula deve ser levada até o fim

O deputado estadual paranaense Péricles Mello deverá participar como convidado do Encontro Nacional do Diálogo e Ação Petista. Candidato à reeleição, Péricles comenta a situação e os desafios para o próximo período.

DAP - Como você vê os ataques desfechados contra Lula e o PT pela Lava Jato e o Judiciário?

Péricles - É a continuidade do golpe, na sequência do impeachment da presidente Dilma. Tivemos uma enorme manipulação da opinião pública, através dos meios de comunicação. A Lava Jato é uma operação extremamente parcial, teve de

se valer de uma acusação absurda como é a do tríplex. Tudo isso para impedir Lula de ser presidente e continuar com essa política desastrosa de privatizações, de destruição dos serviços públicos. Lula é o maior símbolo da luta contra essa situação. Sua candidatura deve ser levada até as últimas consequências.

DAP - A campanha eleitoral deste ano será um momento importante desta luta?

P - Sem dúvida. Fica cada vez mais claro o que esteve e está em jogo, as pessoas estão mais dispostas a ouvir e debater perspectivas. Acho que a campanha deve servir para mobilizar e organizar os trabalhadores, a população mais carente, com a bandeira Lula Livre, Lula Presidente. É o que estamos fazendo em Ponta Grossa, minha cidade natal, com o Movimento Popular e Periferia-MOPPE, a partir de um manifesto contra o neoliberalismo, exigindo reformas e serviços públicos, fazendo debates e formação política, dando espaço para a cultura e os esportes.

DAP - Lula eleito, o que fazer de imediato?

P - Convocar uma Assembleia Constituinte Soberana, que é a única maneira de promover uma mudança total das instituições, com reforma política, agrária, urbana, da comunicação, sem as quais o Brasil não poderá sair desse atoleiro.

DAP - Você é convidado para participar do Encontro Nacional do Diálogo e Ação Petista. O que espera desse Encontro?

P - Agradeço o convite e espero que o encontro lance luzes sobre o pensamento e a prática da esquerda, com vistas à transformação da sociedade brasileira.

CATAGUAZES (MG)



Com a participação de quase 30 militantes, entre sindicalistas e militantes do movimento popular, negro e juventude, o Diálogo e Ação Petista realizou uma reunião na cidade de Cataguazes, debatendo a luta pela liberdade de Lula e sua eleição para presidente, como saída para derrotar o golpe.

FEIRA DE SANTANA (BA)



O DAP de Feira de Santana realizou dia 11 de julho uma plenária municipal para preparar o Encontro Nacional Extraordinário do DAP. Também foi discutida a formação de um novo comitê Lula Livre, na Universidade Estadual de Feira de Santana, cujo lançamento ocorreu no dia seguinte.

DAP DEBATE VIGÍLIA LULA LIVRE

O Diálogo e Ação Petista promoveu no dia 13 de julho um debate sobre a Vigília Lula Livre, concentração de militantes que se mantêm em frente à Polícia Federal em Curitiba desde que o ex-presidente foi preso injustamente, há mais de cem dias. O debate foi realizado na sede nacional do PT, em São Paulo.

Angelo Vanhoni, secretário-geral do PT do Paraná e membro do Comitê Nacional do DAP, relatou todos os passos da Vigília desde o início, destacando a resistência diante da polícia e dos coxins, que por vezes recorreram à violência, chegando



No final do debate, “boa noite, Presidente Lula!”

a baleiar um militante.

De acordo com Vanhoni, a disposição unânime é manter a Vigília enquanto Lula não for libertado.

Após o debate, os presentes, tal como é feito diariamente na Vigília, deram um vigoroso “boa noite, presidente Lula!”.

Comitês Lula: agora é mobilizar para o registro da candidatura

Em 15 de agosto, o PT chama manifestação em Brasília no ato de inscrição no TSE

Na mobilização da caravana a Brasília em 15 de agosto, que o PT chama para a inscrição da candidatura de Lula no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os Comitês que organizam nos bairros, locais de trabalho e de estudo a luta em defesa de Lula serão um ponto de apoio importante. É o que deve acontecer, por exemplo, no Setor P-Sul em Ceilândia, no Distrito Federal, onde foi inaugurado mais um Comitê Lula Livre, no domingo 22 de julho.

Os companheiros decidiram participar do dia 15, chamando uma concentração desde cedo para cidade-satélite mais populosa do DF - formada pela ditadura militar com a remoção das

dezenas de favelas que existiam em Brasília no início dos anos 1970. Estavam presentes na atividade a deputada Érika Kokai, presidente do PT/DF, e o professor Cá, da executiva do PDT e pré-candidato a deputado federal, que defendeu a retirada da pré-candidatura do Ciro em favor da de Lula. São previstas caravanas a Brasília vindas de diversos pontos do país. Nas próximas três semanas esta é a batalha os Comitês Lula estão chamados a ajudar a construir.

Outros comitês

Em Russas, no Ceará, também foi criado novo comitê. Ele fez sua pri-

meira reunião no dia 5 de julho, na residência de dois companheiros. Numa noite agradável de quinta-feira, 18 pessoas participaram animadamente da roda de conversa, que teve início com uma rápida apresentação e uma análise de conjuntura. Após o debate político, discutiram atividades, entre elas uma tribuna livre na rua do Mercado Novo.

Já em São Paulo, na tarde do feriado de 9 de julho, no bairro Parque Novo Mundo, sessenta pessoas acompanharam, na rua, apresentações de artistas populares e de jovens. O sarau, organizado pelo Comitê "Lula Livre Lula Presidente", durou 2 horas e aconteceu na Área 4, uma das comunidades mais carentes da região. Membros da Igreja São José Operário deram apoio ao ato de rua fornecendo a energia elétrica e infraestrutura. Os jovens do VOPO - Vozes Poéticas - revezaram-se no microfone com mensagens de afirmação da luta jovem por seus direitos, seu futuro, além de lerem as 10 razões porque defendem Lula Presidente. Na poesia, também foi destaque o grupo "Poetas do Tietê". Houve ainda apresentações do "Sarau da Maria", do compositor popular Pedro Pedreiro, e de Jessica Santos, cantora profissional que mora na Ocupação "Douglas Rodrigues", vizinha à comunidade onde foi feita o sarau. Filiados do Diretório Zonal do PT de Vila Maria, muitos deles integrantes do Diálogo e Ação Petista, estiveram



Ceilândia - DF

no evento, como Severino Marques e o presidente Vlamir Lima. Um grupo de moradores da Ocupação "Douglas Rodrigues" e boa parte da Diretoria do Movimento também vieram dar apoio. Militantes da Juventude Revolução tomaram a palavra para falar sobre seu Encontro Nacional (ver pag. 2). Também estiveram presentes o diretor União Paulista dos Estudantes Secundaristas, Kaique Silva, além de Bruno Ramos da Liga do Funk, que é pré-candidato a deputado federal pelo PT. Essa atividade de rua, embora modesta, expressou o esforço de mobilização e de unidade em defesa de Lula e de sua candidatura na região.

Correspondentes



Pq. Novo Mundo - SP



ATIVIDADES EM MERCADOS MUNICIPAIS EM BH E CURITIBA

"Olê, olê, olá, Lula, Lula!", o povo entoou no Mercado Municipal de Belo Horizonte (MG) no dia 21 de julho, depois que um trompetista puxou o jingle. Os registros e relatos mostram que o canto tomou conta de todo o mercado, que teria inclusive sido fechado por alguns minutos. No dia seguinte, o mesmo aconteceu em Curitiba (PR).

Venezuela denuncia "sequestro judicial" de Lula

A Assembleia Nacional Constituinte da Venezuela no início desse mês, depois do episódio envolvendo a ordem de soltura expedida pelo juiz Rogério Favreto, adotou posição em que rejeita de forma "clara e firme a desobediência das autoridades para dar liberdade ao irmão da causa bolivariana e povos da América Latina Luiz Inácio Lula da Silva, por ser uma violação de todos os princípios básicos do direito e constituir a prova da existência de uma ditadura na República Federativa do Brasil."

Os deputados constituintes avaliam corretamente que a situação política no Brasil é fruto de "um ataque sistemático

de forças pró-imperialistas que, sob a proteção do governo dos Estados Unidos da América, executaram um processo de perseguição política e judicial (...) com o único propósito de impedir, por meio de sequestro judicial, que o povo brasileiro de maneira livre, democraticamente, universal, direta e secreta, através do exercício do voto, dê o triunfo e a volta à esquerda nas próximas eleições de outubro".

A Assembleia decidiu ainda pelo apoio ao povo irmão brasileiro em suas iniciativas populares destinadas a restaurar a democracia e exigindo a liberdade de Lula.

OUTROS APOIOS INTERNACIONAIS

Portugal: Vinte e dois deputados da Assembleia da República de Portugal, a câmara legislativa do país, publicaram um apelo em defesa de Lula. Parlamentares do Partido Comunista Português (PCP), Partido Socialista (PS), Bloco de Esquerda (BE) e Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV) se dirigem ao Supremo Tribunal Federal do Brasil para que "reponha as condições mínimas aceitáveis de funcionamento do Estado de Direito democrático no processo que atinge o Presidente Luis Inácio Lula da Silva, determinando a sua libertação e garantindo o pleno exercício dos seus direitos fundamentais."

No documento, os deputados acrescentam que "Lula da Silva é hoje reconhecido mundialmente como um preso político. Ninguém ignora que o processo que lhe foi movido, a tramitação excepcional que foi seguida, a sua condenação sem provas."

Estados Unidos: o senador do Partido Democrata, Bernie Sanders, que foi pré-candidato à presidência e mais 29 congressistas estadunidenses, em carta a ser enviada ao governo brasileiro defendem Lula e afirmam que sua prisão se deu sob "acusações não comprovadas", em um julgamento "altamente questionável e politizado."

Candidatura se consolida

Apesar de mais de 100 dias de prisão e os abusos da Justiça, só dá Lula na frente!

Não importa que instituto de pesquisa, em todas as sondagens há uma unanimidade: Lula lidera com folga. E o mais significativo é que, preso há três meses e três semanas, seu favoritismo se consolida como mostram todas as pesquisas feitas no período.

A primeira pesquisa, feita sob encomenda da XP Investimentos, depois de 8 de julho - dia da exibição da podridão do Judiciário sob o comando de Moro e seus comparsas no TRF-4, abençoados por Carmen Lúcia - quando a Polícia Federal descumpriu a ordem de soltura de Lula, mostrou que "o ex-presidente viu o

nível de apoio à sua candidatura atingir o maior patamar em um mês", na liderança folgada com 30%. Em pesquisa do dia 7 de julho, também sob encomenda da XP Investimentos, Lula aparecia com 28%.

Nova pesquisa CUT/Vox Populi, divulgada neste dia 26, aponta Lula com 41% e todos os demais candidatos somando 29%! Sobre os votos válidos, Lula venceria no 1º turno com 58%!

Pesquisa após pesquisa, o capital financeiro, nervoso, vê que não consegue abater, nem com o encarceramento, a real e única ameaça nas eleições de 2018 aos interesses dos patrocinadores do golpe.

Abuso e mais abuso

No dia 11 de julho a juíza Carolina Lebbo, da Vara de Execuções Penais de Curitiba, negou o pedido feito pela defesa de Lula para que ele pudesse gravar vídeo e conceder entrevistas. A tal juíza, não apenas quer colocar uma mordaza no candidato do PT, como se deu o direito de entrar em seara alheia, na Justiça Eleitoral, e definir em sua sentença que "o caso em tela se subsume plenamente à hipótese legal, tratando-se de situação de inelegibilidade." Simples assim! A Justiça, sob as ordens do capital financeiro,



extrapola, atropela e frauda para impedir a candidatura Lula. E motivos não lhes faltam, afinal, as pesquisas mostram, a maioria sabe que a candidatura Lula os representa. E, quanto mais querem calar o candidato do PT, tanto mais o povo vai querer ouvi-lo.

Misa Boito

Fala Lula!

Preso e impedido de dar entrevistas, Lula faz como pode para falar, em cartas, recados e textos.

A grande mídia, com alguma exceção aqui e acolá, encobre. Reproduzimos aqui um pouco do que tem dito Lula.

"A Petrobrás tem de voltar a ser brasileira"

Sei que minha candidatura representa a esperança, e vamos levá-la até as últimas consequências, porque temos ao nosso lado a força do povo (...).

A Petrobrás tem de voltar a ser brasileira. Ela não será mais refém das multinacionais do petróleo (...) impediremos a privatização da Eletrobrás, do Banco do Brasil e da Caixa, o esvaziamento do BNDES e de todos os instrumentos de que o País dispõe para promover o desenvolvimento e o bem-estar social. (Manifesto ao Povo Brasileiro, 8/06)

A farsa jurídica

"Tudo isso me leva a crer que já não há razões para acreditar que terei Justiça, pois o que vejo agora, no comportamento público de alguns ministros da Suprema Corte, é a mera reprodução do que se passou na primeira e na segunda instâncias.

É dramática e cruel a dúvida entre continuar acreditando que possa ha-

ver Justiça e a recusa de participar de uma farsa. Se não querem que eu seja Presidente, a forma mais simples de o conseguir é ter a coragem de praticar a democracia e me derrotar nas urnas. (Carta em Defesa da Democracia, 3/07)

"Não bastou prender, querem me calar"

"Estou preso há mais de cem dias. Lá fora o desemprego aumenta, mais pais e mães não têm como sustentar suas famílias, e uma política absurda de preço dos combustíveis causou uma greve de caminhoneiros que desabasteceu as cidades brasileiras. Aumenta o número de pessoas queimadas ao cozinhar com álcool devido ao preço alto do gás de cozinha para as famílias pobres. A pobreza cresce, e as perspectivas econômicas do país pioram a cada dia (...).

Um governo ilegítimo corre nos seus últimos meses para liquidar o máximo possível do patrimônio e soberania nacional que conseguir —reservas do pré-sal, gasodutos, distribuidoras de

energia, petroquímica—, além de abrir a Amazônia para tropas estrangeiras. (...) Semana passada, a juíza Carolina Lebbo decidiu que não posso dar entrevistas ou gravar vídeos como pré-candidato do Partido dos Trabalhadores, o maior deste país, que me indicou para ser seu candidato à Presidência. Parece que não bastou me prender. Querem me calar. (artigo na FSP, 19/07)

Constituinte

"Pode dizer para o povo e para a Globo: eu serei candidato até as últimas consequências! Diga ao povo que terminou a conversinha! Agora eu quero ser candidato não por vaidade pessoal, mas para mudar esse País e devolver as riquezas do País ao povo brasileiro e terminar com essa esculhambação"

"Ninguém aguenta mais a sujeira da política (...) A Direita não tem candidato e ficam disputando entre eles. Um pior que o outro. Virou uma



7 de abril, São Bernardo do Campo

política apodrecida! E a solução para isso, no meu Governo, vai ser convocar uma Assembleia Constituinte" (recado transmitido por JP Stédile, 4/07)

Manutenção da candidatura

"Ele [Lula] tem relatado a interlocutores diálogo que diz ter tido com integrantes do PCdoB. Eles teriam dito que a demora poderia fazer a situação ficar pior. 'Pior para quem, gente?', teria respondido o ex-presidente, que está preso há cem dias. 'Querem que eu legitime o processo eleitoral sem a minha presença?'" (FSP, 24/07)

Unidade sim, mas para quê?

Para derrotar o golpe tem que ser com Lula

Cresce na grande imprensa a pressão para que o PT adote um plano B, sem Lula, para concorrer às eleições previstas para outubro. Tanto quanto a presença de Lula no pleito, a burguesia se apavora igualmente com a desmoralização que pode advir de uma eleição sem o preferido do povo. Recente levantamento do IBOPE mostra que Lula detém mais do que a soma dos votos dos concorrentes principais e, mais grave, que, sem

Lula, a recusa do povo de participar da farsa chegaria a 41%.

Esta pressão tem sua versão "à esquerda". O Comitê Central do PCdoB acaba de emitir uma nota em que conclama a unidade com o PT, o PSOL, o PSB e o PDT. Propostas de unidade num quadro de golpe são sempre meritórias, posto que ela é necessária para derrotá-lo. A nota do PCdoB conclama a unidade "desde já" para vencer as eleições. A

conclusão óbvia é de unir os partidos de esquerda em torno do candidato que lidera as pesquisas, certo? Não.

Além das conhecidas tratativas com Ciro Gomes, a nota afirma que "neste cenário, o PCdoB reafirma a convicção de que a estratégia política da esquerda e das demais forças democráticas, populares e patrióticas deve ter por centro a vitória eleitoral em outubro, o que exige marcharem unidas desde já". Mas se abstém de dizer em torno de

que candidato. É verdade que também afirma que o partido segue na luta pela liberdade de Lula, mas num parágrafo em que está dito que "a disputa presidencial está longe de estar definida, seguirá acirrada e de resultado incerto, mesmo com o líder das pesquisas, o ex-presidente Lula, mantido arbitrariamente encarcerado", aceitando o quadro imposto pelo golpe.

Eudes Baima

Toda a força no Dia do Basta em 10 de agosto!

CUT associa a luta contra desemprego e ataques aos direitos a Lula candidato

As centrais sindicais convocam o 10 de agosto – a última a se somar foi a Conlutas – como um dia de mobilizações e paralisações em todo o país (ver OT 831).

Mas, o acordo entre elas se resume aos eixos “em defesa do emprego, da aposentadoria e dos direitos trabalhistas”, dadas as posições contraditórias existentes sobre outros temas, como a questão do direito de Lula ser candidato.

Nas orientações da CUT para sua base se ampliam os eixos de mobilização para o Dia do Basta, além de associá-lo à preparação de caravanas a Brasília em 15 de agosto (ver páginas 6 e 7).

Diálogo com as bases é fundamental

Para que o 10 de agosto tenha êxito, é indispensável o trabalho nas bases sindicais para que ocorram paralisações. O governo golpista e seus candidatos às eleições de outubro são responsáveis pelos ataques aos direitos e pelo desemprego, que atinge mais de 13 milhões de pessoas ou 27 milhões se contar o subemprego. Por isso a CUT levanta a saída para a crise nacional, que é Lula presidente com Constituinte para revogar os malfeitos dos golpistas.

“Basta de perseguição ao ex-presidente Lula” se soma à pauta da CUT, denunciando o estado de exceção que vivemos e a crise nas instituições submetidas aos interesses do grande capital nacional e estrangeiro.

A CUT levanta também “Basta de aumento do gás e combustíveis” – devido à política de preços da Petrobrás – que levou a altas de 17,2% do botijão de gás, 31% da gasolina e 14,3% do diesel, muito



20 de julho: plenária Interestadual das CUTs SP/RJ prepara o dia do Basta!

superiores à inflação deste ano.

“Basta de privatizações” diante de uma situação em que os golpistas, depois de alienar o Pré-sal para as multinacionais, avançam na entrega de subsidiárias da Petrobras e querem privatizar a Eletrobrás. Ao que se soma o desmanche dos serviços públicos com a vigência da EC 45.

Como disse o ex-ministro da Saúde de Dilma, Arthur Chioro: “Nos próximos 20 anos, com a Emenda 95, deixarão de ser investidos no SUS cerca de 400 bilhões de reais. Se os recursos eram insuficientes, a situação ficará calamitosa. E tudo isso para satisfazer os interesses dos financistas, do capital financeiro, arrebatando ainda mais a rede de proteção social”. Um resultado imediato é que, depois de 27 anos de queda, a mortalidade infantil volta a crescer no Brasil.

Trabalhadores X patrões

As plenárias de mobilização que a CUT faz em todo o país destacam o caráter de classe que deve ter o Dia do Basta, ainda mais agora que as entidades de empresários admitem até apoiar Bolsonaro, enquanto tentam fazer Alckmin decolar, com o apoio do apodrecido “centrão”, para ser o seu despachante na presidência.

O fundamental no Dia do Basta é que a classe trabalhadora entre em cena com seus métodos de luta – como as paralisações – e suas bandeiras, atraindo para o seu lado todos os setores populares que sofrem com a situação de desmanche da nação brasileira. Vamos à luta!

Julio Turra

RESISTÊNCIA PETROLEIRA

Em 25 de julho, convocados pela Federação Única dos Petroleiros (FUP-CUT), os trabalhadores fecharam a entrada da Refinaria Abreu e Lima (Pernambuco), em protesto contra a sua privatização. Os petroleiros resistiram à presença da polícia, que queria impedir a sua manifestação. Com a Refinaria Landulfo Alves na Bahia, a unidade foi colocada à venda como parte de um pacote que inclui ainda cinco terminais e 770 km de oleodutos.

Na ocasião, o dirigente Deyvid Bacelar, acerca da decisão do STF que proíbe a privatização das estatais, alertou: “É bom lembrar que não podemos confiar plenamente no judiciário brasileiro. Após o recesso, a ministra Carmem Lúcia vai colocar esse tema em votação e podemos ter uma decisão desfavorável, não somente à categoria petroleira, mas à toda a classe trabalhadora e ao país. Portanto, precisamos manter o nível de mobilização, porque em algum momento precisaremos fazer uma greve nacional contra o desmonte e as privatizações”.

Os petroleiros preparam paralisações para o Dia do Basta em 10 de agosto, depois de ter jogado um papel importante, quando do movimento dos caminhoneiros (maio), ao entrarem em greve denunciando a política de preços da direção da empresa – causando a renúncia de Pedro Parente – e o processo de privatização fatiada da Petrobrás.

LDO 2019: Servidores barram ofensiva do governo

No Congresso cai artigo do orçamento de ataques à categoria

O governo Temer enviou ao Congresso Nacional uma proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2019 que, na linha do desmonte dos serviços públicos pretendido pelos golpistas, continua uma artigo (92-A) que proibia a concessão de reajuste salarial e de benefícios aos servidores, a criação de cargos e a realização de concurso público.

Um brutal ataque aos servidores e aos serviços públicos que, graças a unidade da categoria e a rápida resposta da Confederação Democrática dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef-CUT) e demais entidades sindicais do funcionalismo, foi barrado. O Congresso Nacional retirou do texto o art. 92-A.

Na votação, em 11 de julho, a partir de destaque apresentado pela bancada do Partido dos Trabalhadores-PT, o dispositivo foi rejeitado por 209 votos a 45 na Câmara (com três abstenções) e, depois, em votação simbólica, também foi rejeitado no Senado.

Como explica o líder do PT na Câmara, Paulo Pimenta, o artigo 92-A “tenta tirar a liberdade do próximo presidente de apresentar sua visão de Estado. Com a candidatura do presidente Lula, por exemplo, queremos ter um grande projeto de retomada dos investimentos públicos, de qualificação dos serviços de saúde, de educação, de segurança pública. E, para nós, a participação dos servidores na construção desse projeto é fundamental.”

“Permanecer unidos e mobilizados”

O secretário-geral do Sindsep-DF (sindicato da categoria no Distrito Federal), Oton Pereira Neves, que participou dessa mobilização, junto com a CUT e outras centrais sindicais, avalia que “o governo golpista de Temer e seus aliados não vai mudar sua política de retirar direitos e conquistas da classe trabalhadora. Foi para isso que deram o golpe. Em nossa luta em defesa do serviço público temos que permanecer unidos e mobilizados para derrubar outras medidas, principalmente a Emenda Constitucional 95 (que congela investimentos sociais por 20 anos)”.

No imediato, junto com os de-

mais trabalhadores, os servidores estão se preparando para participar em 10 de agosto do “Dia do Basta”, o dia de luta convocado pela CUT, sindicatos filiados e outras centrais, em defesa dos empregos e dos direitos dos trabalhadores, contra o arrocho salarial, pela redução do preço do gás de cozinha e dos combustíveis (ver acima).

As principais bandeiras que a categoria vai levar para o “Dia do Basta” são a exigência de instituição da data-base para o funcionalismo, o cumprimento de todos os acordos, abertura de negociação sobre a pauta de reivindicações apresentada ao Ministério do Planejamento em fevereiro deste ano e a revogação da Emenda Constitucional 95.

A crise financeira de Minas Gerais

Governo Pimentel enfrenta as consequências do ajuste fiscal

Com a crise financeira, sem precedente que vive Minas Gerais, os servidores públicos estão com os salários parcelados, falta medicamentos e insumos nos hospitais e, como consequência, as greves são constantes, principalmente na educação e na saúde. Os trabalhadores já recorreram à Justiça, que ordenou que governo pague até o 5º dia útil. Mas, o governo já recorreu argumentando que não tem condições de cumprir a decisão judicial, por falta de "fluxo de caixa".

O Trabalho entrevistou o companheiro Betão, vereador do PT de Juiz Fora (MG) e pré-candidato a deputado estadual.

O Trabalho - Desde 2016 Minas Gerais sofre com problemas financeiros. Quais os motivos?

Betão - A crise financeira de Minas Gerais piorou depois do golpe, com a política de ajuste fiscal implementada pelo governo Temer. Mas, sua origem vem dos governos de FHC, nos acordos com o FMI que incluíram a renegociação das dívidas dos Estados e municípios com a União. A situação melhorou nos governos Lula e Dilma, com as medidas e programas sociais, inclusive com a implantação do marco regulatório

do petróleo, que geraram repasses de verbas para os estados. Mas como a política do superávit fiscal primário para o pagamento da dívida pública foi mantida, quando veio a crise mundial o orçamento de Minas Gerais foi atingido em cheio!

OT - Como?

Betão - A principal fonte de arrecadação de Minas Gerais é a exportação de minério. Com a queda dos preços no mercado mundial, o estado teve uma queda de arrecadação em cerca de 30%. E a combinação da queda na arrecadação com a política de juros altos, fez o tamanho da dívida do estado aumentar e o orçamento diminuir. Soma-se a isso os efeitos da política dos governos de Aécio e Anastasia (PSDB) chamada de "choque de gestão", que nem de longe "equilibrou as contas públicas" como apregoaram os governadores tuanos. Hoje a dívida de Minas está na casa dos 95 bilhões e só para pagar o serviço da dívida, são retirados 250 milhões mensais do orçamento estadual.

OT - E como enfrentar isso, sem jogar no funcionalismo o peso da crise?

Betão - Uma das coisas que os trabalhadores e os sindicatos reclamam

é que em nenhum momento o governador Pimentel se propôs a discutir com os trabalhadores para saídas que não fossem penalizá-los. E tem coisas que podem ser feitas, mas que o governo Pimentel até o momento não tocou porque tem que enfrentar os setores empresariais. Veja, em 2017 o Estado deixou de arrecadar 13,8 bilhões com as isenções fiscais. Valor que corresponde a quase a metade do valor anual da folha de pagamento do funcionalismo. Mas, ao invés de tomar medidas nesta direção, Pimentel, em março desse ano, atendeu o pedido dos empresários e fez um decreto que garante as isenções por períodos que vão até 15 anos, dando segurança aos empresários que a crise, pelo menos no que diz respeito aos impostos, não lhes afetará.

Além de rever as isenções, o governo poderia executar as dívidas que grandes empresas possuem com o Estado, entre outras medidas para aumentar a arrecadação.

E há as medidas que dependem das relações com o governo federal. Por exemplo, tem os valores referentes a Lei Kandir que a União deve a Minas

Gerais, que o governo Temer recusa ressarcir. Também é fundamental renegociar a dívida com a União, mas com esse governo golpista não há negociação. Outra coisa que asfixia estados e municípios é a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que precisa acabar. Enfim, para resolver a crise de Minas Gerais e dos estados em geral, só mesmo elegendo Lula presidente para convocar uma Constituinte para fazer todas as reformas populares e reorganizar o país sob outras bases.

OT - Para as eleições ao governo do estado, existe "plano B" como disse a imprensa?

Betão - Não existe. Pimentel é o candidato do PT. Seu governo teve ações positivas, que são reconhecidas pelos trabalhadores. Mas, diante da crise que vivemos e da necessidade de manter os interesses do povo mineiro em primeiro lugar, o próximo governo do PT, se quiser se apresentar como o partido que pode apresentar soluções para aliviar e melhorar as condições da população, terá que enfrentar os interesses das elites mineiras, coisa que o atual governo fez muito pouco.

Embraer vendida à Boeing

Ataque à soberania nacional e ameaça aos empregos

A Embraer vendeu 80% de sua divisão de aviação comercial para a americana Boeing. O negócio cria uma nova companhia em que a empresa brasileira participará apenas com 20%. Restará à Embraer só suas áreas de defesa e jatos executivos. Analistas avaliam que dificilmente a empresa sobreviverá apenas com tais áreas, bem menos lucrativas.

Dezenas de milhares de empregos desaparecerão pois a Boeing preferirá desnacionalizar a produção. A unidade de São José dos Campos emprega 13 mil pessoas, além de outros 12 mil terceirizados. Ademais outras 40 empresas metalúrgicas na região fornecem serviços e insumos.

A Embraer é a mais importante empresa de alta tecnologia brasileira. Patrimônio altamente estratégico do povo, ela só pôde surgir e prosperar como empresa estatal; graças portanto aos enormes investimentos públicos. FHC conseguiu privatizá-la; mas foi obrigado a manter uma cláusula que dava ao governo uma parte das ações que, embora minoritária,

garantia poder de veto nas decisões dos acionistas.

Temer, que poderia vetar a venda, e permitiu sua entrega a preço de banana à multinacional dos EUA.

O governo dos EUA agiu coordenadamente com a Boeing. Eles tinham inicialmente a intenção de adquirir 100% da empresa já em 2011. Mas o desgaste causado pelo vazamento da espionagem feita pelo governo dos EUA (NSA) sobre Dilma, obrigaram-nos a rever seus planos.

A Boeing então nomeou uma alta diplomata dos EUA para presidir a empresa no Brasil. Decidiu dar a cartada final após o golpe de 2016 e usou o argumento de que sua rival (Airbus) uniu-se à canadense Bombardier (concorrente da Embraer na produção de jatos regionais).

A ironia é que as ações da Embraer despencaram logo após a venda devido ao risco político da transação – pois o "mercado" está incerto sobre o resultado da próxima eleição.

Alberto Handfas

O QUE PRETENDE O GENERAL VILLAS BOAS?



Numa atitude inaceitável numa democracia, o general está falando mais que a boca, intrometendo-se em assuntos sobre os quais não poderia falar. Comandante do Exército, pelo twitter pressionou o STF para votar contra Lula. Em cerimônias oficiais, sai falando que diante da situação política é necessária "coesão nacional" e que se as forças armadas "tiverem de intervir, será para fazer cumprir a Constituição e proteger as instituições". E se dá ao direito de sabatinar presidentes! Que Bolsonaro e outros golpistas tenham ido não surpreende. Mas é um absurdo que Fernando Haddad (coordenador do programa de Lula) e Manuela D'Ávila (candidata do PCdoB) tenham aceito visitar o general, legitimando "sabatador militar da república"; como se isso fosse normal, quando de fato é um ataque à democracia.

Nicarágua na encruzilhada após 39 anos da revolução

Ortega dialoga com empresários e igreja, enquanto reprime mobilizações

Em 19 de julho completaram-se 39 anos da revolução dirigida pela Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), que tinha entre seus comandantes Daniel Ortega. Hoje, seu governo reprime mobilizações populares em cidades como Masaya, um dos bastiões da revolução de 1979.

Desde 19 de abril, quando se anunciou uma reforma da Previdência acordada com o FMI, depois retirada pelo governo diante dos protestos, prosseguem mobilizações pedindo a saída do casal presidencial Daniel Ortega e Rosário Murillo (ver OT 827).

A repressão da polícia e milícias armadas pró-governo provocou mais de 300 mortos em três meses. Em paralelo montou-se um “diálogo nacional” com a Aliança Cívica (oposição dominada por empresários) e a mediação da Igreja católica, mas Ortega recusa-se a antecipar eleições ou a renunciar.

Como se chegou a essa situação?

Se o Ortega de hoje não se parece ao do passado, tampouco a FSLN atual é a mesma de 1979. O governo saído da revolução fez suas primeiras eleições em 1984, com a FSLN com 67% dos votos. Mas até 1988, os EUA

armaram e financiaram os “contras”, mercenários que agiam contra o governo eleito a partir de Honduras. Foi também o período da reforma agrária e de melhorias sociais para o povo.

Em 1990, com o acordo que botou fim à “contra”, novas eleições foram ganhas pela oposição pró-imperialista (54% dos votos), iniciando uma década de governos de direita.

Ortega, desde 1995, livra-se de setores críticos da própria FSLN e faz um acordo com o Partido Liberal de Arnoldo Alemán (ex-presidente e ex-“contra”) de partilha de cargos em órgãos judiciais e eleitorais. Também se aproxima da cúpula da Igreja, o que levará à revogação da lei do aborto, legal no país desde 1912.

Com essa aliança, Daniel Ortega volta à presidência em 2006 (38% dos votos) e é reeleito em 2011 (62% dos votos), beneficiado pelo apoio da Venezuela (petróleo) que lhe permitiu fazer obras e restabelecer a gratuidade no ensino e saúde. Em 2016, com sua esposa Rosário Murillo como vice, ele obtém 72% dos votos.



Manifestação em Manágua, capital do país, em 29 de junho

Com a FSLN dominada por seu grupo, Ortega fez uma aliança com o Conselho Superior da Empresa Privada (COSEP), respaldada pelos EUA que passam a ter presença direta no combate ao tráfico de drogas no país. Um giro à direita, confirmado com a concessão da construção de um canal interoceânico ao capital privado, que gerou protestos camponeses em 2014, bem como de minas, florestas e áreas pesqueiras (muitas em favor da família presidencial).

E agora?

Hoje o governo Ortega é questionado por grandes mobiliza-

ções, cuja composição é heterogênea: estudantes, empresários, mas também setores populares e dissidentes sandinistas. O governo Trump e a OEA pressionam por antecipar eleições, o empresariado local abandona o barco de Ortega.

O governo afirma ter a maioria ao seu lado, acusando manifestantes de “golpe” contra o seu mandato (que iria até 2022). O

Foro de São Paulo (que reúne partidos de esquerda da América Latina) deu apoio a Ortega. Mas se é fato que se trata de uma minoria manipulada, como diz o governo, por que ele não faz o que Maduro fez na Venezuela, dar a palavra ao povo através de uma Constituinte?

Uma situação difícil, que não será resolvida no “diálogo” com a oposição e o imperialismo através da OEA. É preciso o fim da repressão, a liberdade dos presos e a punição de assassinatos, venham de onde vierem, como condição para uma saída política.

Lauro Fagundes

Haiti: dois dias de revolta contra aumento de combustíveis

Medida imposta pelo FMI desencadeia fortes mobilizações no país

O atual presidente do Haiti, Jovenel Moïse, foi colocado no poder em eleição fraudada e controlada pelos EUA e União Europeia (UE), em 2016, com o país ainda sob ocupação da Minustah (Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, que, comandada pelo Brasil, durou de 2004 até 2017).

Em 6 de julho, por imposição do FMI, seu governo, dirigido pelo primeiro ministro Jack Guy Lafontan, anunciou um aumento de 37% na gasolina, 40% no óleo diesel e 51% no querosene, muito utilizado por grande parte da população mais pobre, sobretudo para iluminação.

O anúncio foi a gota d'água que desencadeou a cólera popular. Horas depois de noticiado, as ruas das cidades mais importantes, principalmente da capital, Porto Príncipe, foram tomadas por multidões enfurecidas.

Vias foram bloqueadas por barricadas e pneus em chamas. Lojas e supermer-

cados foram saqueados e incendiados. Hotéis que abrigam estrangeiros foram atacados. Voos foram cancelados. Durante o sábado e o domingo, 7 e 8 de julho, a revolta tomou conta do país.

Na noite do dia 7, acuado, Jovenel Moïse em pronunciamento informa a suspensão provisória do aumento que, depois, também por “sugestão” do FMI, seria aplicado gradualmente e não de uma só vez.

Organizações populares, partidos de oposição, sindicatos, convocaram manifestações protestando contra o aumento e exigindo o fim do governo Moïse-Lafontan.

Os trabalhadores das empresas das zonas francas, que já estavam em luta por aumento do salário mínimo (atualmente é de cerca de 100 dólares por mês), participaram dos protestos. Mas não houve a construção de um movimento organizado que pudesse abrir uma perspectiva política para a terrível situação do país, até porque a

classe trabalhadora não conta com um partido político próprio.

Primeiro-ministro renuncia

Outro elemento da crise é a corrupção, com desvio pelos governantes de fundos obtidos a título de ajuda internacional e de acordos comerciais, como é o caso das remessas de petróleo financiadas pela Venezuela. Fundos de pensão dos trabalhadores foram igualmente dilapidados.

A repressão às mobilizações foi violenta, com mais de 20 mortos e dezenas de pessoas presas e colocadas em condições sub-humanas.

Por outro lado, diversas associações patronais consideraram insuficiente a ação das forças policiais e pediram a demissão do primeiro ministro Lafontan. No dia 14 de julho, convocado ao parlamento para a votação de uma moção de censura, ele anunciou sua demissão. O choque provocado pela revolta do povo retirou a sustentação

que lhe davam os patrões e os deputados ligados ao governo fantoche.

Empurrado pela embaixada dos EUA em Porto Príncipe, o presidente Jovenel Moïse se lançou então a uma peregrinação - ainda não encerrada até o fechamento desta edição - a associações patronais e igrejas buscando formar o que chamou de “governo de união nacional”, com objetivo de manter a mesma política de subordinação do Haiti aos interesses das grandes potências e das multinacionais.

Os partidos de oposição como o Lavalas e Ptit Dessalines, além de sindicatos e organizações políticas e populares - dentre elas o Moleghaf, Movimento de Liberdade, Igualdade dos Haitianos pela Fraternidade - estão buscando construir canais de diálogo e fóruns unitários que permitam avançar a luta em defesa das reivindicações do povo e da soberania nacional do Haiti.

Rafael Potosí

Portugal: aonde vai o governo do PS?

Acordo com patronato contra os interesses dos trabalhadores



Na entrevista a seguir, publicada no jornal *Informações Operárias*, do Partido Operário Independente da França, José Casimiro, da Coordenação Nacional do Trabalho do Bloco de Esquerda (BE) de Portugal, avalia a situação em seu país. Casimiro foi delegado à Conferência Mundial Aberta de Argel, em 2017, e participou da reunião do Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio (Cili), em Paris, no mês passado.

Pergunta - A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses

(CGTP) organizou um ato diante da Assembleia Nacional, em 6 de julho, quando seria discutido um projeto de lei apresentado pelo Partido Socialista (PS) com base em um acordo do governo com o patronato e a União Geral dos Trabalhadores (UGT). O Bloco de Esquerda (BE) estava presente. Qual é a sua posição?

José Casimiro - O BE havia fechado um acordo com o PS (partido do governo) sobre medidas e propostas para combater a precariedade, tanto no setor público quanto no privado. No setor público, o programa evoluiu muito lentamente: de 115 mil trabalhadores precários identificados, apenas 12,5 mil foram integrados. No setor privado, previam-se medidas para combater os contratos por tempo determinado, temporários etc. Mas o governo do PS apresentou outra proposta de acordo, que foi validada por todas as confederações patronais e sindicais, exceto a CGTP, e se tornou um projeto de lei. O governo introduziu várias propostas patronais: combate à precariedade com mais precarieda-

de, extensão do "período de experiência" de três para seis meses para os jovens e desempregados há longo tempo, generalização de contratos verbais de curtíssima duração, entre outras. (...) O objetivo do PS é que praticamente tudo fique como está, em razão dos compromissos com o capital nacional e as instituições internacionais, como a União Europeia (UE) e o FMI. Por todas essas razões, Catarina Martins (dirigente do BE - Ndr) e os deputados do trabalho e da Coordenação Nacional do Trabalho (CNT) do BE estavam presentes, apoiando a manifestação convocada pela CGTP.

Pergunta - Os professores estão em greve, convocada por suas entidades sindicais, lutando principalmente pela incorporação integral de nove anos, quatro meses e dois dias de serviço em suas carreiras.

JC - É um combate legítimo, ainda mais porque essa reivindicação foi inscrita na lei de finanças do Estado. Os professores lutam por sua aplicação e mostraram disposição

em negociar um cronograma. O governo do PS tentou combater a greve, mas nada desmobilizou os professores. Eles se manifestaram no dia 11 de julho diante do Ministério da Educação. O BE esteve presente, expressando sua solidariedade.

Pergunta - Nesse contexto, as relações entre o BE e o governo do PS se modificaram?

JC - As relações entre o BE e o PS foram baseadas na necessidade de pôr fim ao governo de direita (PSD e CDS) e à austeridade econômica e política instalada pela troika (FMI, Banco Central Europeu e Comissão Europeia) durante sua intervenção em Portugal, de 2011 a 2015. No que concerne às políticas europeias de respeito aos tratados e ao euro, ou às questões da guerra e da agressão aos povos, nós mantivemos sempre a nossa independência política. Os recentes acontecimentos marcam de maneira decisiva essa relação, que culminará em 2019 com as eleições ao Parlamento Europeu e à Assembleia da República.

Na África do Sul, luta pela terra e por emprego

Com a palavra, Lybon Mabasa, presidente do Partido Socialista da Azânia



Pergunta - O que pode nos dizer sobre a crise vivida pelo novo governo da África do Sul?

Lybon Mabasa - A crise começou, de fato, sob o governo precedente, dirigido por Jacob Zuma, e continua no governo de Cyril Ramaphosa. Sua origem reside no fato de que esse novo presidente não foi eleito por uma grande maioria dos membros do Congresso Nacional Africano (CNA), como sempre é feito. Alguns no CNA chegaram a qualificá-lo de presidente ilegítimo. Ramaphosa é conhecido por ser um homem do mercado financeiro. Portanto, é incapaz de realizar qualquer uma das medidas ditas "radicais" decididas no último congresso do CNA, principalmente no que diz respeito à expropriação das terras sem compensação.

Pergunta - Como está hoje a questão da terra?

LB - A questão com a qual o Parlamento está confrontado é a da alteração do artigo 25 da Constituição, que proíbe a retirada do direito de propriedade da terra daqueles que a possuem. Na época em que a Constituição foi elaborada houve um acordo, segundo o qual os princípios nela fixados não poderiam ser modificados ou emendados. Mas a questão da expropriação sem compensação também coloca problemas: falar em expropriação significa ter aceite previamente que existe uma propriedade privada da terra... Para a maioria negra, reconhecer que os brancos possam ser proprietários da terra é totalmente contrário à sua reivindicação. É por isso que ela fala de "reconquista" da terra que lhe foi roubada pela violência, pelos saques e pelo estupro. A nosso ver, seria necessária uma Assembleia Constituinte soberana que ajudasse a maioria negra, principalmente anulando os acordos da Codesa (negociações entre o regime do apartheid e os dirigentes do CNA e do Partido Comunista, que concluíram em 1994 nos acordos de Kempton Park, estabelecendo as



Trabalhadores se manifestam com a Saftu, em junho deste ano

atuais instituições - NdT), que dificultam a luta dessa maioria.

Pergunta - Como vai a Saftu, a nova central sindical?

LB - A nova confederação foi constituída a partir de uma decepção total em relação à central sindical Cosatu. A Saftu agrupa vários grandes sindicatos que estavam antes na Cosatu, como a Numsa (metalúrgicos) e reorganiza o movimento operário com base na independência sindical, nas lutas de classe. A Saftu foi capaz de mobilizar os trabalhadores em várias questões, a tal ponto que alguns comentaristas declararam que a Saftu se tornou aquilo que a Cosatu deveria ter sido... Ela faz parte, portanto, das forças dirigentes com as quais

iniciamos a discussão pela constituição de um partido operário independente.

Pergunta - Qual é a situação dos conflitos sociais?

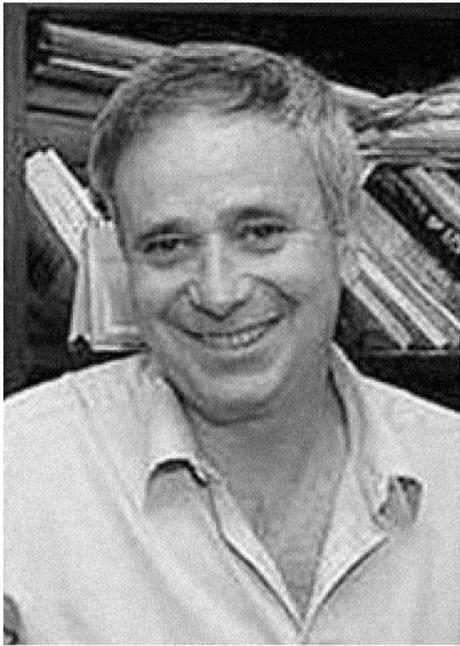
LB - Não houve nenhum crescimento econômico na África do Sul no último período. O desemprego nunca cresceu tanto: atingiu oficialmente a marca de 26%, mas esse número não inclui os jovens que não conseguem encontrar trabalho. Quando

incluímos esses jovens, na realidade 40% da população está desempregada. Houve elevação dos preços de produtos alimentícios, agravando, para uma grande parte da população, a dificuldade de acesso a esses produtos básicos. A África do Sul é hoje o centro de manifestações em defesa do poder de compra e o acesso a produtos de primeira necessidade. Todos os dias são milhares de pessoas que se manifestam porque não têm moradia, energia elétrica, não podem mais se alimentar, não podem mais se tratar. Nós estamos em uma situação de conflito, latente e borbulhando, que pode produzir uma explosão de força inimaginável.

(leia a íntegra da entrevista em www.otrabalho.org.br)

70 anos depois, a permanência da Nakba

Entrevista com o historiador israelense Ilan Pappé



O Knesset, Parlamento israelense, aprovou no dia 19, por 62 votos a 55, uma lei que define Israel como Estado exclusivamente judeu, tendo como capital "Jerusalém unificada". A chamada lei do "Estado-nação judaico" não reconhece mais o árabe como língua oficial e incentiva a expansão das colônias israelenses. Essa decisão, sobre a qual voltaremos, tende a agravar ainda mais a ampla opressão sobre os palestinos.

Na entrevista a seguir – concedida antes da aprovação da lei –, o historiador israelense Ilan Pappé analisa a constituição do Estado de Israel, que os palestinos chamam de Nakba (catástrofe), as recentes manifestações e a perspectiva de um único Estado democrático na Palestina histórica. A entrevista foi feita por François Lazar, do jornal francês "Informações Operárias".

Informações Operárias – Em 1º de junho, um grande encontro foi organizado em Haifa com o slogan "nós somos o mesmo povo e temos o mesmo sangue". Desde o fim de março, palestinos que vivem na Faixa de Gaza, organizados no Alto Comitê da Grande Marcha pelo Retorno, levantam como reivindicação "queremos ir para casa", grito que atravessa a Palestina histórica de ponta a ponta. Você poderia desenvolver, no plano histórico, o sentido do que aconteceu e o significado dessa Grande Marcha, a razão de sua força, 70 anos após a fundação do Estado de Israel pela ONU?

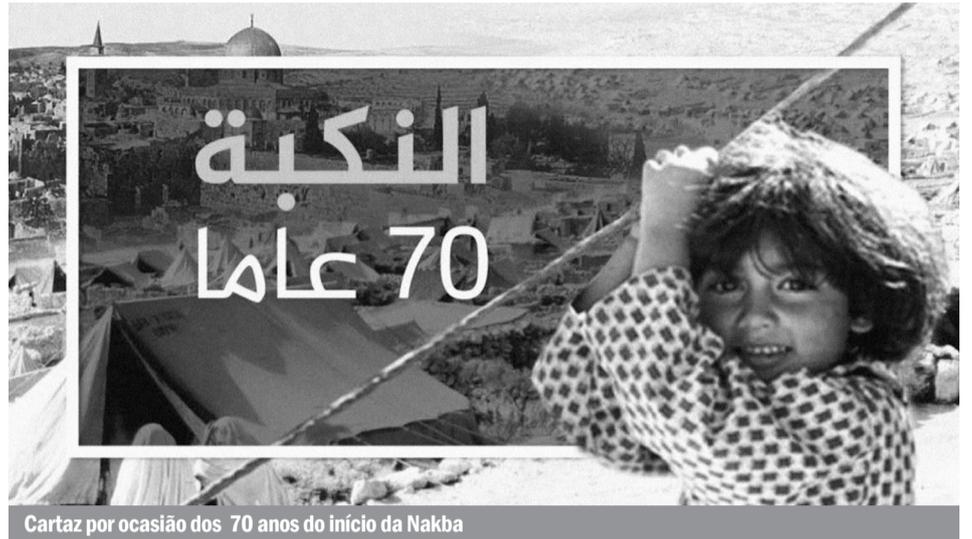
Ilan Pappé – Um bom ponto de partida para entender consiste em retomar o significado do discurso hegemônico sobre a Palestina, que está na base do "processo de paz". Essa abordagem considera o conflito como tendo começado em 1967 e a solução, como um acordo sobre o futuro da Cisjordânia e da Faixa de Gaza. Essa estratégia falhou porque o conflito não começou em 1967, mas em 1948, senão antes, depois que os

colonizadores sionistas vieram pela primeira vez em 1882. Eles começaram a cobiçar tanto quanto possível a terra da Palestina, mas com o menor número possível de palestinos dentro. Eles avançaram significativamente em relação a esse objetivo quando limpam etnicamente a Palestina em 1948 de metade da sua população (centenas de milhares deles foram para a Faixa de Gaza).

A luta palestina desde então foi inicialmente concentrada no retorno desses refugiados e na aplicação do direito dos palestinos ao retorno à Palestina histórica. Essa posição mudou no começo dos anos 1980 e a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) se dispôs a contentar-se com um único Estado na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, mas isso não mudou a visão sionista de uma Palestina sob controle israelense de qualquer maneira. O fracasso dessa abordagem, manifesto pelo colapso do acordo de Oslo, motivou muitos palestinos, em particular os jovens, a retomar a luta pela libertação da Palestina como um todo, tendo no centro o retorno incondicional dos refugiados. Essa renovação vibrante, apoiada pelos judeus antissionistas em Israel, é definida hoje como a solução de um só Estado. Diferente do plano original da OLP, que previa o retorno de imigrantes judeus a seus países de origem. O novo plano aceita a presença de uma comunidade de colonos em toda a Palestina, mas sob um regime democrático e igualitário para todos, inclusive com os refugiados de volta. Esse desenvolvimento coincidiu com a luta particular travada pela população de Gaza contra o cerco que Israel lhe impôs nos dez últimos anos.

IO – Os acontecimentos indicam que a Nakba não acabou. Você pode explicar em poucas palavras o que é a Nakba e como é possível dizer que se trata de um longo processo ainda atual?

IP – Nakba significa "catástrofe" em árabe e refere-se à limpeza étnica de 1948, na qual as forças israelenses, no espaço de nove meses, destruíram metade das aldeias palestinas e a maior parte das cidades, e expulsaram a metade da população palestina. Sobre as ruínas das vilas, Israel construiu colônias ou plantou florestas. Essa ação foi a realização da visão ideológica sionista de uma Palestina tão judaica quanto possível. E como "somente" metade do povo palestino foi expulsa, e "somente" 78% do país foi tomado, o Estado de Israel permaneceu desde então ocupado pelas realidades demográficas da Palestina pós-1948. E toda a sua política (ou seja, impor o domínio militar sobre a minoria palestina que tinha ficado em Israel, até 1966, depois sobre as populações da Cisjordânia e da Faixa de Gaza até os



Cartaz por ocasião dos 70 anos do início da Nakba

dias atuais; aplicar uma política de demolição de casas, expulsão de pessoas e massacres de palestinos) é uma tentativa de realizar os objetivos sionistas. É a razão pela qual os palestinos falam da "Nakba al-moustamera", isto é, uma Nakba que continua.

IO – Qual é sua opinião sobre o curso da "sociedade israelense", da qual sentimos, do exterior, que o cimento principal é o exército e frequentemente a religião?

IP – A sociedade israelense é antes de tudo uma sociedade de colonos que está ainda lutando contra o povo autóctone da Palestina. Como resultado, a tentativa de justificar essa luta com ideologias universais como o liberalismo ou o socialismo provou ser uma falsificação, e a maioria dos israelenses está mais confortável para apoiar aqueles que falam abertamente do objetivo final dos colonos (a direita em Israel). A religião desempenha um papel mais

importante do que antes na justificação desse objetivo final, mas se trata de um projeto laico, e não religioso.

IO – E agora, quais as perspectivas? Pode falar do seu engajamento na associação chamada Campanha por um só Estado Democrático?

IP – A Campanha por um só Estado Democrático é, como já disse, a única via para avançar, ir em frente. Ela está se tornando muito popular entre os jovens palestinos. No entanto, não é apoiada pelos principais órgãos representativos do povo palestino e é muito difícil avançar essa ideia sem tal apoio. Dito isso, creio que isso ocorrerá, de um lado, por causa da política de Israel e, de outro, pelas exigências da sociedade civil palestina. Então, ela terá uma chance de ser apoiada pelos israelenses progressistas e pela comunidade internacional, ou seja, pela sociedade civil e em seguida pelos governos, é o que esperamos.

O TRABALHO

ASSINATURA MENSAL

Um jornal a serviço da luta da classe trabalhadora!

R\$ 8,00

Débito automático a cada mês até quando vc quiser!

Em média **2 EXEMPLARES** por mês em sua casa + **ACESSO IRRESTRITO** no site

Colabore com a imprensa operária